

ENTREGUE
NO CDSSS
DE
LEIRIA

PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2023

DENOMINAÇÃO FUNDAÇÃO MARIA E OLIVEIRA

MORADA RUA DE OLIVENÇA, N.º 32

LOCALIDADE ALCOBAÇA

UNIÃO DE FREGUESIAS ALCOBAÇA E VESTIARIA CONCELHO ALCOBAÇA Cód. Postal 2460 - 035

RESERVADO AOS SERVIÇOS

Dist. Conc. IPSS
Cód.

ESPAÇO RESERVADO AO CENTRO DISTRITAL DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL DE LEIRIA

PARECER :

EM ___/___/___

DESPACHO :

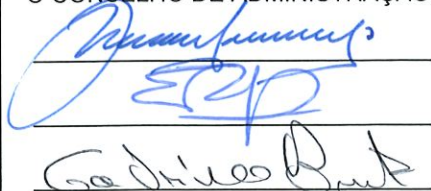
EM ___/___/___

ALCOBAÇA 29 DE MAIO DE 2024

ALCOBAÇA, 29 DE MAIO DE 2024

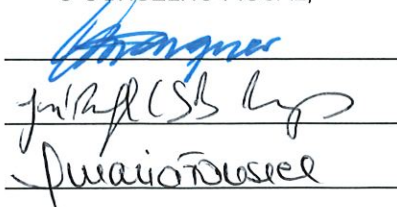
APROVADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



APROVADO

O CONSELHO FISCAL,



O CONTABILISTA
CERTIFICADO



N.º 133469930
Member N.º 4847




Fundação Maria e Oliveira

**Ata, Parecer e Aprovação das
Contas pelos Órgãos Sociais e
Certificação Legal das Contas**

Exercício de 2023

ATAS

Folha 23

ACTA N.º 13/2024, DA REUNIÃO DE 29 MAIO 2024

Aos vinte e nove dias do mês de Maio do ano de dois mil e vinte e quatro, no edifício sede da Fundação Maria e Oliveira, reuniu o Conselho de Administração contando com a presença dos Senhores, Dr. Júlio Moura Lourenço, Maria Gabriela de Sousa Matos Carvalho Ferreira Brito e o Senhor Eduardo Manuel Romero Dias Marques, respectivamente, Presidente, Secretária e Tesoureiro. -----

Aberta a sessão pelo Presidente do Conselho de Administração foi apresentado para análise apreciação e aprovação as Contas da Gerência do ano de 2023. -----

Contas de Gerência e Relatório de Actividade de 2023: Foram presentes para análise, apreciação e aprovação o Relatório de Actividades e Contas da Gerência do ano de 2023, cujo processo se encontra acompanhado dos respectivos documentos e peças finais, exigidas pelas entidades competentes e legislação em vigor. -----

Após análise efectuada ao processo, documentos e livros de registo, verificou-se que os mesmos se encontram em conformidade com os movimentos apresentados nos respectivos mapas e livros de registo. -----

Constata-se que a Demonstração de Resultados por Natureza, apresenta um valor total de Rendimentos de 2.279.813.68 € (Dois milhões duzentos e setenta nove mil oitocentos e treze euros e sessenta e oito cêntimos) e os gastos são de 2.269.919.93 € (Dois milhões duzentos e sessenta e nove mil novecentos e dezanove euros e noventa e três cêntimos). -----

Verifica-se assim que, existe um Resultado Líquido Positivo do Exercício de 9.893.75 € (Nove mil oitocentos e noventa e três euros e setenta cinco cêntimos). -----

Verifica-se ainda, que transitou para o ano de 2024 um saldo em Disponibilidades no montante de 613.281.97 € (Seiscentos e treze mil duzentos e oitenta e um euros e noventa e sete cêntimos), representado por valores em caixa e depósitos à ordem em Instituições Financeiras. -----

Verifica-se igualmente que os empréstimos a médio e longo prazo totalizam, à data do fecho das contas um saldo credor de 303.875.47 € (trezentos e três mil oitocentos e setenta cinco euros e quarenta e sete cêntimos), empréstimos do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana de Lisboa e da CCAM de Alcobaça. -----

Está refletido nas contas o “Fundo dos Utentes” que apresenta um saldo de 15.829.35 € (Quinze mil oitocentos e vinte e nove euros e trinta e cinco cêntimos), devidamente discriminados por utente, estando representado em dinheiro em caixa e em depósitos à ordem na Caixa Geral de Depósitos. -----

Os documentos Relatório de Actividades e Conta de Gerência da Fundação Maria e Oliveira, por se encontrarem em conformidade, foram aprovadas e devidamente assinadas e o respectivo processo enviado ao Exmo. Senhor Presidente do Conselho Fiscal para análise, parecer, aprovação e visto, devendo após a sua recepção, serem enviadas à Segurança Social, para efeitos de fiscalização, visto e publicadas no sítio da Fundação, conforme estipulado pela Legislação em vigor. -----

Por nada mais haver a tratar, deu-se por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e achada conforme vai ser aprovada e assinada pelos elementos do Conselho de Administração. -----



ACTA N.º 01/2024, DA REUNIÃO DE 29 DE MAIO DE 2024

Aos vinte e nove dias do mês de Maio do ano de dois mil e vinte e quatro, no edifício sede da Fundação Maria e Oliveira, reuniu o Conselho de Fiscal contando com a presença dos Senhores, Carlos Feliciano Marques, José Rafael Rodrigues e a Senhora Isabel Maria Fonseca Pereira da Costa, respectivamente, Presidente e Secretários, a fim de emitirem parecer, aprovar e visar as Contas e Relatórios de Actividades da Instituição respeitantes ao ano de dois mil e vinte e três. -----

Encontravam-se ainda presentes os elementos do Conselho de Administração e do Conselho Executivo que prestaram todos os esclarecimentos solicitados e julgados necessários na apreciação das referidas Contas e Relatório de Actividades. -----

Na presença das peças finais respeitantes às Contas de Gerência de 2023, que se encontram aprovadas por deliberação do Conselho de Administração de vinte e nove Maio de dois mil e vinte e quatro, face aos elementos disponibilizados, procedeu-se à análise dos referidos documentos verificando-se que estes se encontram em conformidade com os competentes registos nos respectivos livros e outra documentação. -----

Assim de harmonia com o Artigo 35º dos Estatutos da Fundação Maria e Oliveira, o Conselho Fiscal emite o seu parecer sobre a actividade fiscalizadora exercida ao longo do ano de dois mil e vinte e três, bem como sobre o Relatório de Actividade e Prestação de Contas respeitantes ao mesmo exercício, elementos que nos foram confiados pelo Conselho de Administração. -----

Ao longo do exercício de dois mil e vinte e três o órgão fiscalizador acompanhou de perto a gestão do Conselho de Administração e foi sempre informado dos factos mais relevantes da actividade da Fundação, não sendo por isso encontrados quaisquer reparos dignos de serem mencionados. -----

O Relatório de Gestão agora apresentado pelo Conselho de Executivo, está elaborado com clareza e reflecte todo o trabalho efectuado no rigoroso cumprimento do Plano de Actividades aprovado para o presente exercício. -----

Dos elementos disponibilizados verificamos que os rendimentos do exercício totalizam dois milhões duzentos e setenta e nove mil oitocentos e treze euros e sessenta e oito cêntimos. -----

Os gastos do exercício foram no montante de dois milhões duzentos e sessenta e nove mil novecentos e dezanove euros e noventa e três cêntimos. -----

Verifica-se assim que existe um resultado liquido positivo do exercício de nove mil oitocentos e noventa e três euros e setenta e cinco cêntimos. -----

Assim face ao exposto e não sendo do nosso conhecimento qualquer irregularidade aos Estatutos da Fundação e à Lei vigente e de acordo com os dados constantes no referido processo da conta de gerência, o Conselho Fiscal deliberou por unanimidade dar o seguinte parecer: -----

UM – Que sejam aprovadas e visadas as contas, relatório do Conselho de Administração para os efeitos tidos por convenientes. -----

DOIS - Que o Resultado Liquido do exercício de 2023, no montante de nove mil oitocentos e noventa e três euros e setenta e cinco cêntimos, transite para o ano de dois mil e vinte e quatro como Resultados Transitados. -----

Por nada mais haver a tratar, deu-se por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida achada conforme vais ser aprovada e assinada pelos elementos presentes que constituem o Conselho Fiscal. -----

José Rafael Rodrigues

Carlos Feliciano Marques

Isabel Maria Fonseca Pereira da Costa



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos vinte e nove dias do mês de Maio do ano dois mil e vinte e quatro, no edifício sede da Fundação Maria e Oliveira, reuniu o Conselho Fiscal, contando com a presença dos Senhores, Carlos Feliciano Marques, Isabel Maria Fonseca Pereira da Costa, e José Rafael Rodrigues, respectivamente, Presidente e Secretários, a fim de emitirem parecer, aprovar e visar as Contas e Relatório de Actividades da Instituição respeitantes ao ano de dois mil e vinte e três. -----

Encontravam-se ainda presentes os elementos do Conselho de Administração e do Conselho Executivo que prestaram todos os esclarecimentos solicitados e julgados necessários na apreciação das referidas contas e relatório de actividades. -----

Na presença das peças finais respeitantes à Conta de Gerência de 2023, que se encontram aprovadas por deliberação do Conselho de Administração de 29 de Maio de dois mil e vinte e quatro, face aos elementos disponibilizados, procedeu-se à análise dos referidos documentos verificando-se que estes se encontram em conformidade com os competentes registos nos respectivos livros e outra documentação. -----

Assim, de harmonia com o Art.º 35.º dos Estatutos da Fundação Maria e Oliveira, o Conselho Fiscal emite o seu parecer sobre a actividade fiscalizadora, exercida ao longo do ano de dois mil e vinte e três, bem como sobre o relatório de actividades e prestação de contas respeitantes ao mesmo exercício, elementos que nos foram confiados pelo Conselho de Administração. -----

Ao longo do exercício de dois mil e vinte e três o órgão fiscalizador acompanhou de perto a gestão do Conselho de Administração e foi sempre informado dos factos mais relevantes da actividade da Fundação, não sendo por isso encontrados quaisquer reparos dignos de serem mencionados. -----

O relatório de gestão agora apresentado pelo Conselho de Executivo, está elaborado com clareza e reflecte todo o trabalho efectuado no rigoroso cumprimento do plano de actividades aprovado para o presente exercício. -----

Dos elementos disponibilizados verificamos que os **Rendimentos** do exercício totalizam **dois milhões duzentos e setenta e nove mil oitocentos e treze euros sessenta e oito cêntimos euros**. -----

Os **Gastos** do exercício foram no montante de **dois milhões duzentos e sessenta e nove mil novecentos e dezanove euros e noventa e três cêntimos**. -----



Verifica-se assim que, da diferença entre os **Rendimentos** e os **Gastos**, existe um resultado líquido positivo do exercício de **nove mil oitocentos e noventa e três euros e setenta e cinco cêntimos**. -----

Assim, face ao exposto e tendo em conta as explicações do Conselho Administração e do Conselho Executivo e, não sendo do nosso conhecimento qualquer irregularidade aos Estatutos da Fundação e à Lei vigente e de acordo com os dados constantes no referido processo da conta de gerência, o Conselho Fiscal deliberou por unanimidade dar parecer: -----


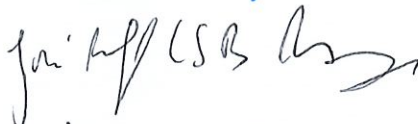
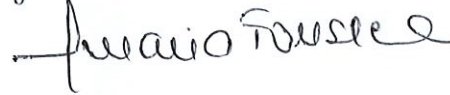
Um – Que sejam aprovadas e visadas as contas, relatório e actos do Conselho de Administração respeitantes à **gerência de 2023**, remetendo os documentos aos Órgãos Sociais para os efeitos tidos por conveniente. -----

Dois – Que o resultado líquido do **exercício de 2023**, no montante de **nove mil oitocentos e noventa e três euros e setenta e cinco cêntimos**, transite para o ano de dois mil e vinte e quatro, como resultados transitados. -----

Por nada mais haver a tratar, deu-se por encerrada a sessão da qual se exarou o presente parecer que depois de lido e achado conforme vai ser aprovado e assinado pelos elementos presentes. -----

Alcobaça, 29 de Maio de 2024.

O CONSELHO FISCAL,



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **FUNDAÇÃO MARIA E OLIVEIRA** (A Entidade), que compreendem a o balanço em 31/12/2023 (que evidencia um total de 6.760.265 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.955.933 euros, incluindo um resultado líquido de 9.894 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Marinha Grande, 15 de maio de 2024

Assinado de forma
digital por
[Assinatura
Qualificada] Luís
Guerra Marques

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, LDA

(n.º 218 e registada na CMVM com o n.º 20161513)

Representada por Luís Guerra Marques

(ROC n.º 620 e registado na CMVM com o n.º 20160266)





INFORMAÇÃO

A Fundação Maria e Oliveira não tem Assembleia Geral.

Nos termos da alínea c) do artº. 34º. dos Estatutos da Fundação, aprovados por despacho de 5 de Janeiro de 1984, pelo Secretário de Estado da Segurança Social e alterados por despacho de 16 de Setembro de 1996, do Secretário de Estado da Inserção Social e por despacho de 27 de Junho de 2001, do Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, registados na Direcção Geral da Solidariedade e Segurança Social sob o nº. 28/84, a folhas 56 e 56 verso, averbamento nº. 3, de 10 de Julho de 2001, do livro nº. 2, das Fundações de Solidariedade Social, compete ao Conselho Fiscal aprovar e visar os Orçamentos e Contas da Fundação Maria e Oliveira.

Alcobaça, 15 de Maio de 2024

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



Fundação Maria e Oliveira

Relatório de Actividades

Exercício de 2023



Relatório Anual da Atividade

Fundação Maria e Oliveira

Exercício de 2023

Em 2023, celebrámos o centésimo décimo aniversário da Fundação Maria e Oliveira.

Este foi um ano de viragem, de ultrapassagem, de conclusão e de novas perspectivas.

Passados os tormentos da execução das extensas obras que foram levadas a cabo no interior do edifício sede da Fundação Maria e Oliveira, mais propriamente na sua Estrutura Residencial para Idosos, é chegada a hora de olhar para a estrutura organizacional da própria Fundação e projectar o seu futuro.

Mas, se nos é permitido, falaremos desta questão com particular ênfase, aquando da apresentação do orçamento para o ano de 2025.

Relativamente ao ano de 2023, as dificuldades mantêm-se e a criatividade e capacidade para as resolver, pensamos que também.

Os efeitos socioeconómicos adversos, que advieram, tanto da pandemia, como da guerra na Ucrânia, continuam a fazer-se sentir de sobremaneira, e que se traduzem, com recorrência, num aumento muito significativo dos custos de contexto, onde se incluem os relacionados com os produtos alimentares; energia eléctrica; gás e acima de tudo, os gastos com pessoal.

Apesar das adversidades, conseguimos manter a regularidade e qualidade dos cuidados prestados, procurando responder, não só às necessidades decorrentes da prestação dos nossos serviços, como as que vão informalmente surgindo.

No que às respostas sociais dedicadas à infância, diz respeito o seu desempenho, nomeadamente em termos de resultado financeiro, mais uma vez, tem resultados substancialmente diferentes, entre si.

Se por um lado a creche (onde se inclui o berçário) teve um aumento muito significativo da procura, decorrente da implementação da gratuitidade do acesso esta resposta social, e consequentemente levou a uma estabilidade de receita e resultado positivo na ordem dos € 40.000,00 (quarenta mil euros), por sua vez, no que à educação pré-escolar diz respeito, e apesar da estabilidade da



procura, verificou-se um resultado negativo de mais de € 90.000,00 (noventa mil euros), que encontra fundamento essencialmente no completo desajuste verificado no valor da comparticipação do acordo de cooperação em vigor, junto do Instituto de Segurança Social.

Quanto às respostas sociais dedicadas aos mais velhos, estas mantêm-se como o grande motor de arrecadação de receita para instituição.

O que quer dizer que é absolutamente imperativo que sejam revistos os montantes pagos pelo Instituto de Segurança Social, acima de tudo, no que diz respeito à educação pré-escolar, para que haja um equilíbrio entre as despesas e as receitas. Sendo que consideramos que só assim será possível criar e manter, respostas sociais de qualidade, sustentáveis a todos os níveis e autónomas financeiramente.

Ainda assim, foi possível manter a qualidade da prestação de serviços da Fundação Maria e Oliveira, que tantos lhe reconhecem e que é, por demais, imperativa.

Apesar de todo o contexto acima referido, foi possível os resultados financeiros apresentados continuam positivos, apesar da aparente tendência de redução dos resultados financeiros positivos.

Tendo a noção que o contexto socioeconómico muito adverso para todos, o conselho executivo e de administração da Fundação Maria e Oliveira, têm procurado manter a estabilidade do custo para o utente dos serviços prestados, fruto de uma gestão de custos, que consideramos muito rigorosa

Continuamos a ser uma das Estruturas Residenciais mais acessíveis, financeiramente.

A esmagadora maioria das pessoas que procuram os serviços dedicados aos mais velhos têm rendimentos muito reduzidos. Conscientes disso mesmo, continuamos e continuaremos até nos ser possível, a não cobrar os produtos de higiene pessoal, os resguardos, o material gasto com o debelar de feridas, entre outros.

Quanto ao Serviço de Apoio Domiciliário, a retoma da sua capacidade de sustentabilidade continua a mostrar-se difícil. A forma como o serviço é prestada é, na nossa opinião muito desajustada das necessidades. O SAD devia poder ser prestado em moldes idênticos aos da Componente de Apoio à



[Handwritten signatures in blue ink]

Família (infância), assim seria possível acompanhar o acordar, o dia e o deitar daqueles que necessitam deste serviço, tendo a mais-valia de possibilitar o prolongamento da manutenção num espaço que a própria pessoa que usufrui do serviço, considera o mais adequado, a sua própria casa, retardando a entrada numa Estrutura Residencial para Idosos que pode ter as melhores condições mas, nunca substituirá a sua própria casa. Para além de que esta seria uma forma de aliviar as listas de espera das ERPI's que, no caso da Fundação Maria e Oliveira apresenta mais de 500 (quinhentas) pessoas, sendo que este número refere-se aos de 2023 e 2024, exclusivamente.

Apesar de todas as contingências, acima referidas, o ano civil de 2023 apresenta um resultado líquido positivo na ordem de nove mil euros.

As respostas sociais e atividades da Fundação Maria e Oliveira continuaram a incluir: Creche; Estabelecimento de Ensino Pré-Escolar; Centro de Dia; Serviço de Apoio Domiciliário; Estrutura Residencial para Idosos, bem como Universidade Sénior e Habitação Social.

As atividades da Fundação Maria e Oliveira, ainda assim, mantiveram o seu normal funcionamento.

A relevância do trabalho desenvolvido pela Fundação Maria e Oliveira, ganhou uma nova dimensão; uma nova relevância, caracterizada pela grande capacidade de resposta aos novos desafios e às necessidades daqueles que a ela recorrem.

Tendo especial foco no combate aos efeitos socioeconómicos que a pandemia teima em trazer e cujo impacto ir-se-á prolongar por tempo indefinido.

Procurámos, sempre, dar uma resposta afirmativa às necessidades daqueles que nos batem à porta, até quando estas estão para além do âmbito das acima referidas respostas sociais, como sejam, o colmatar de necessidades alimentares emergentes.

Se por um lado, a procura de admissão na Estrutura Residencial para Idosos se mantém a níveis muito altos, constatamos que o mesmo não se verificou no SAD.

Mantivemos, igualmente, o cuidado e atenção na manutenção da capacidade de uso do restante património edificado da Fundação Maria e Oliveira.



Conscientes que é este mais um desafio permanente e para o qual as necessidades de liquidez são uma constante.

Relativamente à Habitação Social foi mantido um acompanhamento de proximidade com todos os arrendatários, por forma a combater as suas eventuais necessidades, dentro das capacidades da Fundação.

Em suma, o ano de 2023 foi, à semelhança dos dois anteriores, um ano muito desafiante, com um grau de exigência enorme para todos aqueles que compõem a Fundação Maria e Oliveira,

Ainda assim e apesar de tudo, continuamos firmes e inabaláveis, no cumprimento das funções a que nos propusemos.

Contamos, como sempre contámos, com o prestimoso e absolutamente fundamental contributo: dos nossos colaboradores; prestadores de serviços; voluntários e doadores e, um destaque muito especial, por inteiramente merecido ao Município de Alcobaça, nomeadamente na pessoa do seu Presidente, Hermínio Rodrigues, pela enorme disponibilidade e apoio que sempre deu à Instituição. O nosso reconhecido agradecimento.

Todos os supracitados, em conjunto, contribuem de forma indelével para louvar e fazer cumprir, dia após dia, semana após semana, ano após ano, ao longo de cento e dez anos de bem-fazer aos outros, conforme o sonho e ideário dos seus Fundadores – Maria do Carmo Eliseu e Oliveira e Manuel José de Sousa e Oliveira.

Alcobaça, 20 de Maio de 2024

O Conselho de Executivo da Fundação Maria e Oliveira,

Presidente,

Secretário,



Fundação Maria e Oliveira

Balanço do Exercício

Exercício de 2023

BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2023	31-12-2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	6.037.379.24	5.453.394.30
Bens do património histórico e cultural			
Propriedade de investimento			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	14	3.500.57	3.767.37
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Subtotal		6.040.879.81	5.457.161.67
Activo corrente			
Inventários	8	17.800.22	11.551.98
Créditos a Receber	14	19.288.27	30.044.82
Adiantamentos a fornecedores	14		
Estado e outros Entes Públicos	14	7.766.23	5.300.53
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Outras activos correntes	14	40.956.85	37.078.52
Diferimentos	14	20.291.66	25.824.77
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	14	613.281.97	338.269.74
Subtotal		719.385.20	448.070.36
Total do Activo		6.760.265.01	5.905.232.03
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14	287.935,48	287.935,48
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	14	1.289.790.12	1.268.656.76
Excedentes de revalorização	14	2.510.905.90	2.510.905.90
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	10	1.857.407.67	1.344.235.95
Subtotal		5.946.039.17	5.411.734.09
Resultado líquido do período	14	9.893.75	21.133.36
Total do fundo do capital		5.955.932.92	5.432.867.45
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	7	303.875.47	182.963.00
Outras dívidas a pagar			
Subtotal		303.875.47	182.963.00
Passivo corrente			
Fornecedores	14	73.810.19	58.049.64
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	14	38.655.21	35.682.09
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Financiamentos obtidos	7	177.478.68	2.297.33
Diferimentos	14	0.00	34.70
Outras dívidas a pagar	14		
Outros passivos correntes	14	210.512.54	193.337.82
Subtotal		500.456.62	289.401.58
Total do passivo		804.332.09	472.364.58
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6.760.265.01	5.905.232.03

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO



Fundação Maria e Oliveira

**Demonstração dos Resultados por
Naturezas**

Exercício de 2023

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	9	947.863.20	880.936.02
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1.162.437.24	1.123.437.05
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-325.548.51	-308.082.59
Fornecimentos e serviços externos	14	-281.307.25	-281.976.57
Gastos com pessoal	12	-1.575.282.97	-1.492.267.29
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	14	169.385.16	165.145.50
Outros gastos	14	-18.476.28	-2.566.56
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		79.070.59	84.625.56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-59.565.35	-58.463.09
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		19.505.24	26.162.47
Juros e rendimentos similares obtidos		128.08	128.08
Juros e gastos similares suportados	7,14	-9.739.57	-5.157.19
Resultados antes de impostos		9.893.75	21.133.36
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		9.893.75	21.133.36

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO



Fundação Maria e Oliveira

**Demonstração dos Resultados por
Funções**

Exercício de 2023

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

IMPUTAÇÃO DOS CENTROS DE CUSTO – MÊS DE DEZEMBRO DE 2023

RESPOSTAS SOCIAIS	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	LAR N/DEP ENDENTES	LAR ACAMADOS	TOTAL	CENTRO DIA	SERVIÇO APOIO DOMICILIÁRIO	USALCOA	HABITAÇÃO SOCIAL	TOTAL
CUSTOS										
31/61 CMM/MC - Amazém	19.088,89	33.075,42	207.772,18	43.310,16	251.082,34	0,00	22.307,74	0,00	14,12	325.548,51
62 Fomentos e S. Externos	23.873,57	37.813,14	159.389,13	30.143,05	189.532,18	0,00	21.061,85	5.756,39	3.270,12	281.307,25
63/272 Custos c/peSSoal	226.362,98	225.447,73	837.283,25	92.936,33	930.219,58	0,00	188.323,98	4.523,50	405,20	1.575.282,97
64 Amortizações	3.588,45	4.441,93	27.262,65	4.886,78	32.149,43	0,00	5.828,54	5.231,18	8.325,82	59.565,35
65 Imparidades-Dívidas a receber										
68 Outros Gastos	3.867,20	2.663,14	11.619,45	88,34	11.707,79	0,00	172,49	60,00	5,66	18.476,28
69 Gastos e perdas financiamento	124,03	232,14	3.635,14	837,90	4.473,04	0,00	75,93	0,00	4.834,43	9.739,57
TOTAL 1	276.885,12	303.673,50	1.246.961,80	172.202,56	1.419.164,36	0,00	237.770,53	15.571,07	16.855,35	2.269.919,93
PROVEITOS										
72 Prestações de Serviços	28.916,50	79.549,50	726.172,70	29.287,19	755.459,89	0,00	83.937,31	0,00	0,00	947.863,20
75 Subsídios	279.956,29	125.209,35	496.206,42	124.578,80	620.785,22	0,00	136.486,38	0,00	0,00	1.162.437,24
76 Reversões										
78 Outros Rendimentos	7.470,73	7.787,72	115.296,57	20.711,04	136.007,61	0,00	363,10	906,48	16.849,52	169.385,16
79 Juros e Dividendos	11,00	20,48	67,00	14,80	81,80	0,00	14,80	0,00	0,00	128,08
TOTAL 2	316.354,52	212.567,05	1.337.742,69	174.591,83	1.512.334,52	0,00	220.801,59	906,48	16.849,52	2.279.813,68
DIFERENÇA (TOTAL 2 - 1)	39.469,40	-91.106,45	90.780,89	2.389,27	93.170,16	0,00	-16.968,94	-14.664,59	-5,83	9.893,75

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

Fundação Maria e Oliveira
Rua de Oliveira, 32 – 2460-035 Alcobaca
NIF: 500850607



Fundação Maria e Oliveira

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício de 2023

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		1.104.173.28	1.007.466.89
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-657.612.83	-593.272.16
Pagamentos ao pessoal		-1.002.808.67	-938.274.13
Caixa gerada pelas operações		-556.248.22	-524.079.40
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		619.000.79	561.447.94
Fluxos de caixa das actividades operacionais ⁽¹⁾		62.752.57	37.368.54
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-20.532.15	-77.868.89
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos		-635.630.39	
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		21.000.00	25.525.00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		542.887.26	52.475.87
Juros e rendimentos similares		128.08	128,08
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento ⁽²⁾		-92.147.20	260.06
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		397.500.00	2.500.00
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuizos			
Doações		18.052.61	11.578.44
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-101.406.18	-15.711.97
Juros e gastos similares		-9.739.57	-5.157.19
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento ⁽³⁾		304.406.86	-6.790.72
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		275.012.23	30.837.88
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		338.269.74	307.431.86
Caixa e seus equivalentes no fim do período		613.281.97	338.269.74

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO



Fundação Maria e Oliveira

**Demonstração das Alterações nos
Fundos Próprios**

Exercício de 2023

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO DE 2023

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Int. min.	Total F. Patrim.
		Fundos	Exced. Téc.	Reservas	Result. Transit.	R. legais	Exced. Rev.	Out. Var. FP	Result. Liq. do período	Total			
6	14	287.935,48		1.268.656,76			2.510.905,90	1.344.235,95	21.133,36	5.432.867,45		5.432.867,45	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização													
Excedentes de revalorização													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	14				21.133,36			-29.715,54	-21.133,36	-29.715,54		-29.715,54	
7					21.133,36			-29.715,54	-21.133,36	-29.715,54		-29.715,54	
8									9.893,75	9.893,75		9.893,75	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													
9=7+8													
RESULTADO INTEGRAL													
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos													
Subsídios, doações e legados													
Outras operações													
10													
6+7+8+10													
Posição no fim do ano 2023		287.935,48		1.289.790,12		2.510.905,90	1.857.407,67	9.893,75	5.955.932,92	542.887,26	542.887,26	5.955.932,92	

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO



Fundação Maria e Oliveira

Anexo

Ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

Exercício de 2023



FUNDAÇÃO MARIA E OLIVEIRA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2023

BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2023	31-12-2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	6.037.379.24	5.453.394.30
Bens do património histórico e cultural			
Propriedade de investimento			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	14	3.500.57	3.767.37
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Subtotal		6.040.879.81	5.457.161.67
Activo corrente			
Inventários	8	17.800.22	11.551.98
Créditos a Receber	14	19.288.27	30.044.82
Adiantamentos a fornecedores	14		
Estado e outros Entes Públicos	14	7.766.23	5.300.53
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Outras activos correntes	14	40.956.85	37.078.52
Diferimentos	14	20.291.66	25.824.77
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	14	613.281.97	338.269.74
Subtotal		719.385.20	448.070.36
Total do Activo		6.760.265.01	5.905.232.03
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14	287.935,48	287.935,48
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	14	1.289.790.12	1.268.656.76
Excedentes de revalorização	14	2.510.905.90	2.510.905.90
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	10	1.857.407.67	1.344.235.95
Subtotal		5.946.039.17	5.411.734.09
Resultado líquido do período	14	9.893.75	21.133.36
Total do fundo do capital		5.955.932.92	5.432.867.45
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	7	303.875.47	182.963.00
Outras dividas a pagar			
Subtotal		303.875.47	182.963.00
Passivo corrente			
Fornecedores	14	73.810.19	58.049.64
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	14	38.655.21	35.682.09
Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Financiamentos obtidos	7	177.478.68	2.297.33
Diferimentos	14	0.00	34.70
Outras dividas a pagar	14		
Outros passivos correntes	14	210.512.54	193.337.82
Subtotal		500.456.62	289.401.58
Total do passivo		804.332.09	472.364.58
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6.760.265.01	5.905.232.03

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	9	947.863.20	880.936.02
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1.162.437.24	1.123.437.05
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-325.548.51	-308.082.59
Fornecimentos e serviços externos	14	-281.307.25	-281.976.57
Gastos com pessoal	12	-1.575.282.97	-1.492.267.29
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	14	169.385.16	165.145.50
Outros gastos	14	-18.476.28	-2.566.56
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		79.070.59	84.625.56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-59.565.35	-58.463.09
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		19.505.24	26.162.47
Juros e rendimentos similares obtidos		128.08	128.08
Juros e gastos similares suportados	7,14	-9.739.57	-5.157.19
Resultados antes de impostos		9.893.75	21.133.36
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		9.893.75	21.133.36

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

IMPUTAÇÃO DOS CENTROS DE CUSTO – MÊS DE DEZEMBRO DE 2023

RESPOSTAS SOCIAIS	CRECHE	PRÉ-ESCOLA	LAR N/ DEP ENDENTES	LAR ACAMADOS	TOTAL	CENTRO DIA	SERVIÇO APOIO DOMICILIÁRIO	USALCOA	HABITAÇÃO SOCIAL	TOTAL
CUSTOS										
31/61 CMVM/C - Armazém	19.068,89	33.075,42	207.772,18	43.310,16	251.082,34	0,00	22.307,74	0,00	14,12	325.548,51
62 Fornecimentos e S. Externos	23.873,57	37.813,14	159.389,13	30.143,05	189.532,18	0,00	21.061,85	5.756,39	3.270,12	281.307,25
63/272 Custos c/pe pessoal	226.362,98	225.447,73	837.283,25	92.936,33	930.219,58	0,00	188.323,98	4.523,50	405,20	1.575.282,97
64 Amortizações	3.588,45	4.441,93	27.262,65	4.886,78	32.149,43	0,00	5.828,54	5.231,18	8.325,82	59.565,35
65 Imparidades-Dívidas a receber										
68 Outros Gastos	3.867,20	2.663,14	11.619,45	88,34	11.707,79	0,00	172,49	60,00	5,66	18.476,28
69 Gastos e perdas financiamento	-124,03	232,14	3.635,14	837,90	4.473,04	0,00	75,93	0,00	4.834,43	9.739,57
TOTAL 1	276.885,12	303.673,50	1.246.961,80	172.202,56	1.419.164,36	0,00	237.770,53	15.571,07	16.855,35	2.269.919,93
PROVEITOS										
72 Prestações de Serviços	28.916,50	79.549,50	726.172,70	29.287,19	755.459,89	0,00	83.937,31	0,00	0,00	947.863,20
75 Subsídios	279.956,29	125.209,35	496.206,42	124.578,80	620.785,22	0,00	136.486,38	0,00	0,00	1.162.437,24
76 Reversões										
78 Outros Rendimentos	7.470,73	7.787,72	115.296,57	20.711,04	136.007,61	0,00	363,10	906,48	16.849,52	169.385,16
79 Juros e Dividendos	11,00	20,48	67,00	14,80	81,80	0,00	14,80	0,00	0,00	128,08
TOTAL 2	316.354,52	212.567,05	1.337.742,69	174.591,83	1.512.334,52	0,00	220.801,59	906,48	16.849,52	2.279.813,68
DIFERENÇA (TOTAL 2 - 1)	39.469,40	-91.106,45	90.780,89	2.389,27	93.170,16	0,00	-16.968,94	-14.664,59	-5,83	9.893,75

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Eusebio

A ADMINISTRAÇÃO

Eusebio

Edmilson B. B.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIO

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO DE 2023

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Total F. Patrim.	
		Fundos	Exced. Téc.	Reservas	Result. Transit.	R. legais	Exced. Rev.	Out. Var. FP	Result. Liq. do período	Total	Int. min.		
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adoção de novo referencial contábilístico Alterações de políticas contábilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de revalorização Excedentes de revalorização Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	6	287.935,48			21.268.656,76		2.510.905,90	1.344.235,95		21.133,36	5.432.867,45		5.432.867,45
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				21.133,36			-29.715,54	-21.133,36	9.893,75			9.893,75
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8								-11.239,61				-19.821,79
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO Fundos Subsídios, doações e legados Outras operações	10						542.887,26				542.887,26		542.887,26
POSICÃO NO FIM DO ANO 2023	6+7+8+10	287.935,48			1.289.790,12		2.510.905,90	1.857.407,67	9.893,75	5.955.932,92			5.955.932,92

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais – método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		1.104.173.28	1.007.466.89
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-657.612.83	-593.272.16
Pagamentos ao pessoal		-1.002.808.67	-938.274.13
Caixa gerada pelas operações		-556.248.22	-524.079.40
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		619.000.79	561.447.94
Fluxos de caixa das actividades operacionais ⁽¹⁾		62.752.57	37.368.54
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-20.532.15	-77.868.89
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos		-635.630.39	
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		21.000.00	25.525.00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		542.887.26	52.475.87
Juros e rendimentos similares		128.08	128,08
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento ⁽²⁾		-92.147.20	260.06
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		397.500.00	2.500.00
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações		18.052.61	11.578.44
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-101.406.18	-15.711.97
Juros e gastos similares		-9.739.57	-5.157.19
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento ⁽³⁾		304.406.86	-6.790.72
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		275.012.23	30.837.88
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		338.269.74	307.431.86
Caixa e seus equivalentes no fim do período		613.281.97	338.269.74

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A ADMINISTRAÇÃO

Esse
A
A
A
A
A

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da Entidade:

A Fundação Maria e Oliveira, com o NIF 500850607, é uma fundação de solidariedade social, (IPSS sem fins lucrativos), instituída por testamento da benemérita D. Maria do Carmo Elizeu de Oliveira, de 10 de Setembro de 1913, com Estatutos aprovados, registados com inscrição n.º 28/84, do livro n.º 2 das Fundações de Solidariedade Social e publicados do Diário da República da III Série, n.º 69, de 22 de Março de 1984, com sede na Rua de Olivença n.º 32, 2460-035 Alcobaça.

1.2 Natureza e Atividades:

A Fundação Maria e Oliveira constituída por tempo ilimitado, tem por fim a promoção e protecção social da população idosa, crianças e jovens, apoio à família e comunidade e resolução dos problemas habitacionais das populações do concelho de Alcobaça.

Para realização dos seus fins, a instituição propõe-se manter e criar as seguintes actividades:

- Protecção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de incapacidade;
- Apoio a crianças e jovens;
- Apoio à família;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Promoção e protecção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa de reabilitação e de recuperação após intervenção cirúrgica hospitalar;
- Educação e formação profissional dos cidadãos;
- Resolução de problemas habitacionais das populações;
- Outras actividades de índole social e cultural, designadamente o fornecimento de refeições ou outro tipo de alimentação ou produtos e artigos.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) de acordo com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, que integra o Sistema de Normalização Contabilística

Essa é a
A. A.
M.
Lun
O

(SNC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, com as alterações previstas no Decreto-Lei 98/2015, de 02 de Junho.

As Demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

2.2 – Indicação e Justificação das Disposições do ESNL

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que impliquem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

As demonstrações financeiras são comparáveis em todos os aspetos com as do exercício anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras.

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da

Esseito
A. O
M
Pur
S

apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir

Edwards
A.
J.
Lun
S.

a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas desde que não sejam suscetíveis de permitir actividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta (Quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo, sendo que no exercício de 2023 foi alterado o sistema de depreciações, tendo passado a ser utilizado o sistema de quotas mínimas.

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	100
Equipamento básico	12 a 100
Equipamento de transporte	10
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	6 a 12
Outros activos fixos tangíveis	6 a 12

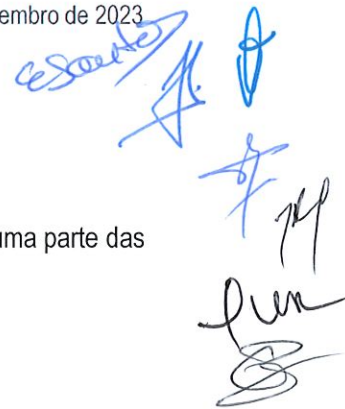
A Entidade revê anualmente a vida útil de cada Activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e são reconhecidas na Demonstração dos Resultados, nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

3.2.2. Inventários

Os "Inventários" estão registados pelo custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.



3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Os donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, etc. que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no Activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Esseito
A.
19/7
fun
B

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do Activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato, a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras contas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas

esboço

A. B.

Jure

S.

intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições/ Aumentos	Abates/ Alien.	Transferênci as	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
CUSTO						
Terrenos e recursos naturais	2.370.402.42		6.631.00			2.363.771.42
Edifícios e outras construções	4.598.687,92		7.500.00			4.591.187.92
Equipamento básico	506.899.20	10.754.48	21.374.87			496.278.81
Equipamento de transporte	124.007,58					124.007,58
Equipamento administrativo	272.550.61	4.731.13	18.236.94			259.044.80
Outros activos fixos tangíveis	19.451.43	5.046.54				24.497.97
Investimentos em curso	131.447.96	635.630.39				767.078.35
TOTAL	8.023.447.12	656.162.54	53.742.81			8.625.866.85

Essential
A. O.
11
S

DEPRECIACÕES ACUMULADAS	01-01-2023	Aumentos	Abates			31-12-202
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	1.769.577.40	41.601.90	1.518.75			1.809.660.55
Equipamento básico	431.398.53	6.764.84	21.374.87			416.788.50
Equipamento de transporte	120.173.20	3.834.38				124.007.58
Equipamento administrativo	232.979.29	6.427.41	18.236.94			221.169.76
Outros activos fixos tangíveis	15.924.40	936.82				16.861.22
TOTAL	2.570.052.82	59.565.35	41.130.56			2.588.487.61

	Saldo em 01-Jan-2023	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2023
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Equipamento básico				
Equipamento de transporte				
Equipamento biológico				
Equipamento administrativo				
Outros activos fixos tangíveis				
TOTAL				

Todas as depreciações foram calculadas pelo método da linha reta, sendo aplicado as taxas mínimas, método que passou a ser adotado a partir de 2022, inclusive.

6. LOCAÇÕES

No exercício 2023 não existem leasings em vigor.

7. GASTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos, à medida que são incorridos.

Descrição	2023			2022		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos bancários	177.478.68	134.699.99	312.178.67	2.297.33		2.297.33
Locações financeiras						
Contas caucionadas						
Descobertos bancários contratados						
Outros empréstimos		169.175.48	169.175.48		182.963.00	182.963.00
TOTAL	177.478.68	303.875.47	481.354.15	2.297.33	182.963.00	185.260.33

Escrito
 J. A.
 14
 Jun
 S

Em 31 de dezembro de 2023, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos bancários, detalham-se como segue:

Descrição	2023			2022		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
TOTAL						

Nenhum gasto com empréstimos obtidos foi capitalizado neste período ou no anterior.

8. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2022	Compras 2022	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2022	Compras 2023	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2022
Mercadorias							
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	21.683.00	297.951.57		11.551.98	331.796.75		17.800.22
Produtos acabados e intermédios							
Produtos e trabalhos em curso							
TOTAL	9.398.69	268.140.57		11.551.98	331.796.75		11.551.98

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	308.082.59	325.548.51
Variações nos inventários da produção		

9. RENDIMENTOS

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes valores de Rendimentos:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Vendas		
Prestação de Serviços	947.863.20	880.936.02
Mensalidades dos utilizadores	947.863.20	880.936.02
Quotas e Jóias		

Essencial
A.
MP
Jun
B

10. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

A 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a Entidade apresentava os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

DESCRIÇÃO	2023	2022
Subsídios do Governo	1.098.738.38	1.098.738.38
Segurança Social	1.071.759.10	1.016.768.56
IEFP	12.250.18	1.269.78
Município de Alcobaça	60.375.35	73.520.68
Outros Subsídios	0.00	7.179.36
TOTAL	1.144.384.63	1.098.738.38

DESCRIÇÃO	2023	2022
Subsídios	1.144.384.63	1.098.738.38
Doações	18.052.61	24.698.67
Heranças		
Legados		
TOTAL	1.162.437.24	1.123.437.05

11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Neste período e no anterior não foi reconhecido qualquer gasto de imposto.

12. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O actual Conselho de Administração tomou posse no dia 08/02/2022, sendo constituído pelo Dr. Júlio José Garcia Duarte de Moura Lourenço, pela Senhora Maria Gabriela de Sousa Matos Carvalho Ferreira Brito e pelo Senhor Eduardo Manuel Romero Dias Marques, e que assumem, respectivamente, os cargos de Presidente, Secretária e Tesoureiro.

Os órgãos diretivos não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2023 foi de 95 e em 2022 foi igualmente de 95.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Esposito
A.
S.
S.
S.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	1.108.907.57	1.083.616.33
Acréscimos com Férias , Subsídios Férias e encargos	159.891.35	151.995.35
Indemnizações	96.85	
Encargos sobre as remunerações	276.250.06	238.595.33
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	16.551.83	12.859.29
Medicina e Segurança no trabalho	1.149.32	571.81
Outros gastos com o pessoal	12.435.99	4.629.18
TOTAL	1.575.282.97	1.492.267.29

13. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma

DESCRIÇÃO	2023	2022
Clientes e Utentes c/c	19.288.27	30.044.82
Clientes		
Utentes	19.288.27	30.044.82
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
TOTAL	19.288.27	30.044.82

de acordo
A
7
14
Fun
BB

14.2. Outros Activos Correntes

A rubrica "Outros créditos a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Adiantamentos ao pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos	17.922.79	13.150.98
Outros Devedores	23.034.06	23.927.54
Perdas por Imparidade		
TOTAL	40.956.85	37.078.52

14.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

DESCRIÇÃO	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Seguros	58.24	7.649.26
Obras de conservação	19.467.49	16.967.92
Contrato de Software		
Outros	765.93	1.207.59
TOTAL	20.291.66	25.824.77
Rendimentos a reconhecer		
Comparticipações do CRSS Leiria		
Outros		34.70
TOTAL		34.70

14.4. Investimentos Financeiros

Nos outros activos financeiros verifica-se os seguintes movimentos:

	2023	2022
Fundos Compensação salarial	3.372.50	3.639.30
Certificados Renda Perpétua	128,07	128,07
Total	3.500.57	3.767.37

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'cesar', 'A.', 'M', and 'S'.

14.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldo:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Caixa	2.112.66	4.981.80
Depósitos à ordem	611.169.31	333.287.94
Depósitos a prazo		
Outros		
TOTAL	613.281.97	338.269.74

14.6. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

DESCRIÇÃO	Saldo em 01-Jan-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2023
Fundos	287.935,48			287.935,48
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	1.268.656.76	21.133.36		1.289.790.12
Excedentes de revalorização	2.510.905.90			2.510.905.90
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.344.235.95	542.887.26	(29.715.54)	1.857.407.67
TOTAL	5.411.734.09	564.020.62	(29.715.54)	5.946.039.17

14.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Fornecedores c/c	73.810.19	58.049.64
Fornecedores títulos a pagar		
Adiantamento a fornecedores		
TOTAL	73.810.19	58.049.64

Escreva
A.
F.
fund
B

14.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7.766.23	5.300.53
Outros Impostos e Taxas		
TOTAL	7.766.23	5.300.53
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	7.616.02	7.839.29
Segurança Social	30.387.26	27.842.80
Outros Impostos e Taxas	651.93	
TOTAL	38.655.21	35.682.09

14.9. Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar				
Caução para garantia - Obras		19.565.88		2.996.91
Fundo do Utentes		15.829.35		15.781.20
Perdas por Imparidade acumuladas				
Fornecedores de activos fixos tangíveis				
Credores por acréscimos de gastos		159.891.35		162.592.09
Outros credores		15.225.96		11.967.62
TOTAL		210.512.54		193.337.82

14.10. Outros Passivos Financeiros

Não se verificou qualquer movimento neste exercício.

14.11. Subsídios, doações e legados à exploração

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

Essa
A
A
A
A

14.12. Fornecimentos e serviços externos**14.13.**

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Serviços especializados	37.424.92	51.598.18
Materiais	23.668.72	11.369.58
Honorários	53.444.79	44.052.00
Conservação e reparação	28.418.19	22.446.19
EPI'S	9.766.97	12.245.01
Energia e fluidos	77.054.07	100.106.53
Serviços diversos dos quais:	34.799.96	40.159.08
Comunicação	9.502.39	9.747.24
Rendas incluindo Renting	3.611.82	3.713.01
Seguros	12.868.85	12.587.10
Trabalhos Jardinagem	3.419.40	2.558.09
Aulas da Creche	5.397.50	6.654.00
Outros	16.729.63	4.899.64
TOTAL	281.307.25	281.976.57

14.14. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Rendimentos Suplementares	51.250.86	43.601.81
Recuperação de dívidas a receber	500.00	1.000.00
Imputação de subsídios e doações recebidos em anos anteriores	8.063.29	8.119.56
Rendimentos e ganhos em activos tangíveis	30.040.00	25.525.00
Rendas	17.488.14	17.141.54
Correções de exercícios anteriores	53.747.22	61.366.40
Outros rendimentos	8.295.65	8.391.19
TOTAL	169.385.16	165.145.50

escolto
14
lun
S

14.15. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Impostos	140.20	469.49
Quotizações	647.50	647.50
Dívidas incobráveis	13.004.54	0
Correções exercícios anteriores	4.414.80	1.319.97
Gastos e perdas com serviços bancários		0
Outros Gastos	269.24	129.6
TOTAL	18.476.28	2.566.56

14.16. Juros e Rendimentos

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados – Empréstimo do IHRU	4.786.85	1.796.32
Juros suportados – Empréstimo CCAMA	3.948.36	37.50
Outros gastos e perdas de financiamento	1.004.36	3.323.37
TOTAL	9.739.57	5.157.19
Juros obtidos		
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares	128.08	128.08
TOTAL	128.08	128.08
RESULTADOS FINANCEIROS	-9.611.49	-5.029.11

14.17. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Alcobaça, 15 de Maio de 2023

